



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.serufpr.br

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: o caso do município de Marechal Cândido Rondon

National School Feeding Programme (PNAE) and Sustainability: The Case of Marechal Cândido Rondon County

Hadrien François Pierre-Henri CONSTANTY^{1*}, Wilson João ZONIN¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, PR, Brasil.

* E-mail de contato: hadrien.constanty@gmail.com

Artigo recebido em 30 de janeiro de 2015, versão final aceita em 9 de abril de 2016.

RESUMO: Este trabalho situa o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) entre políticas públicas brasileiras de apoio à agricultura familiar a partir de uma perspectiva sustentável do desenvolvimento. A presente pesquisa tomou por base um estudo de caso e encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte, a trajetória e os fundamentos do PNAE são abordados, contextualizados e analisados sob uma visão teórica baseando-se em uma pesquisa bibliográfica. Na segunda parte, é abordada a aplicação na prática e localmente do PNAE em Marechal Cândido Rondon, município situado no oeste paranaense. A autonomia dos participantes do PNAE municipal do início de 2013 foi analisada por meio de um indicador de sustentabilidade baseado na lógica camponesa de fazer a agricultura. Este estudo de caso foi realizado a partir de entrevistas de diversos atores envolvidos no programa municipal, entre eles produtores rurais e gestores locais. Análises estatísticas foram feitas com a ajuda do programa SPSS. Antigo programa social do Governo Brasileiro na área de educação, o PNAE assume um papel desenvolvimentista no apoio à sustentabilidade, principalmente a partir de 2009. No município em questão, o PNAE responde em média por 13% das rendas dos seus participantes. O programa favorece a produção agroecológica, pois 50% dos produtores orgânicos do município se beneficiam do PNAE municipal. Além disso, o programa favorece práticas agroecológicas pela inserção na merenda escolar dos produtos de subsistência da agricultura familiar. O estudo de caso revela graus de autonomia diferentes, que variam de acordo com a quantidade de mão de obra familiar disponível e a importância das atividades agrícolas nas rendas das famílias. Os resultados da pesquisa também demonstram a relevância do PNAE na promoção de um desenvolvimento mais sustentável.

Palavras-chave: alimentação escolar; agricultura familiar; sustentabilidade; autonomia; agricultura camponesa.

ABSTRACT: This study contextualizes the Brazilian National School Feeding Program (PNAE) among other Brazilian public policies of family farming based on a sustainable development perspective. The case study is made up of two parts. On the first part the trajectory and the foundations of the policy are discussed, contextualized and analyzed from a theoretical view based on a literature research. The second part analyzes the practical implementation of the program and locally in the city of Marechal Cândido Rondon, in western Paraná state. The autonomy of the participants of the county program in 2013 is analyzed by an indicator of sustainability based on the logic of peasant agriculture. This case study was conducted through interviews of various actors involved in the municipality program between these farmers and local managers. Data were collected in the city hall in order to measure the progress and the scope of the program. Statistical analyzes were performed with the help of SPSS. PNAE interacts more with civil society after 1994 when the program is decentralized, but it's actually from 2009, with the obligatory application of at least 30% of resources to family farming products, which PNAE plays a developmental role in supporting sustainability. In the city, PNAE responds on average for 13% of farmers income. The program promotes agroecological production because 50% of the municipal organic producers benefit from municipal PNAE. In addition, the program promotes agroecological practices by including family farms subsistence products in school meals. The case study reveals different degrees of autonomy that vary with the amount of available family labor and the importance of agricultural activities on their incomes. The survey results also demonstrate the relevance of PNAE in promoting a more sustainable development.

Keywords: school feeding; family farming; sustainability; autonomy; peasant agriculture.

1. Introdução

Neste início do século XXI, quando se aborda a questão da sustentabilidade da produção agrícola, pensa-se nas referências apontadas pelas agriculturas ecológicas. Isto é, em contraste com o modelo chamado moderno baseado no uso de insumos químicos, as agriculturas ecológicas possuem leis gerais e práticas que visam tornar a produção economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

Para com o tema da sustentabilidade do sistema agroalimentar, as pesquisas concentram-se certamente na produção de alimentos. No entanto, a comercialização de alimentos ecológicos evidencia-se como um importante tópico, uma vez que engloba tanto a venda realizada pelos produtores quanto a compra feita pelos consumidores. Com o fim de colaborar com esta questão, pretende-se, neste estudo, trazer elementos que possibilitem um melhor entendimento de uma modalidade de comercialização via o mercado institucional.

A saber, o Mercado Institucional de Alimentos (MIA) pode ser definido como o conjunto de programas públicos pelos quais o Governo compra produtos agroalimentares com o intuito de abastecer milhares de estabelecimentos nos diferentes níveis do país (federal, estadual e municipal). Entre os diversos programas do MIA, existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar (doravante referido como PNAE). Neste contexto, o Estado tem a possibilidade de priorizar a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar e/ou de base ecológica, em uma abrangência espacial e populacional, que promova uma mudança de paradigma. Por conseguinte, nas diretrizes da Lei n. 11.947/2009, o PNAE é claramente descrito como ferramenta que corrobora o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2009a).

Portanto, torna-se relevante olhar esta modalidade de comercialização sob o ponto de vista da sustentabilidade. No que toca ao tema da sustentabilidade dos estabelecimentos agrícolas, a questão da autonomia dos mesmos é central (Altieri, 2002).

Todavia, verificou-se a necessidade de efetuar pesquisas para avaliar a sustentabilidade no que diz respeito ao aspecto de autonomia dos produtores (Deponti, 2001). Desse modo, a presente pesquisa é um estudo de caso e pretende caracterizar os agricultores participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná) no início de 2013. A finalidade é, também, analisar as contribuições do PNAE nas unidades de produção participantes na questão da sustentabilidade. Por meio de um índice de sustentabilidade/autonomia, objetiva-se identificar se o grau de participação no PNAE fornece mais sustentabilidade às unidades, bem como entender os fatores que explicam as variações de autonomia entre as unidades participantes.

Em primeiro lugar, apresenta-se o referencial teórico que fomentou a matriz de análise, ou seja, as referências que, primordialmente, permitem relacionar o PNAE ao tema da sustentabilidade e, outrossim, apresentam o conceito de campesinidade, o qual revelou-se substancial para pensar a sustentabilidade/autonomia das unidades de produção agrícolas. Em seguida, os recursos metodológicos são apresentados, mostrando-se como se constrói a matriz de análise do estudo da autonomia/sustentabilidade dos estabelecimentos agrícolas. Depois, a partir dos dados levantados junto aos atores envolvidos, explica-se como se dá a operacionalização do PNAE municipal em Marechal Cândido Rondon. Logo, mostra-se a heterogeneidade da agricultura familiar do município que está inserido no PNAE municipal e, igualmente, se verifica a relação entre a inserção neste mercado e a sustentabilidade/autonomia das unidades de produção. Por fim, identificam-se fatores explicativos da autonomia destas unidades.

2. O PNAE, o caminho para o apoio à sustentabilidade

Antes de qualquer coisa, é preciso observar que o PNAE é o mais antigo programa social do governo brasileiro na área de educação e o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Financiado pelo FNDE, este programa é responsável pela alimentação escolar em todo o Brasil: da pré-escola ao ensino fundamental, de instituições públicas e filantrópicas.

A origem do PNAE começa na década de 40 do século XX quando o Instituto de Nutrição da época defendia que o Governo Federal devia oferecer alimentação aos escolares. Não obstante, por falta de recursos, a política de alimentação escolar no Brasil começa somente em 1955, com o estabelecimento da Campanha da Merenda Escolar (CME). Além do que, até 1973, a política de alimentação escolar brasileira se dá exclusivamente por meio de campanhas de caráter assistencialista, impedindo que recursos sejam assegurados de maneira constante (Caldas & Ávila, 2013).

Posteriormente, entre 1973 e 1979, surge o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), identificado por Carvalho da Silva (1995) como o primeiro modelo integrado de política pública de alimentação. Com efeito, o PRONAN foi uma política nacional que, articulando produtores e consumidores, forneceu o apoio ao pequeno produtor rural.

Na sequência, em 1979, o governo brasileiro transforma as campanhas existentes juntamente com o PRONAN, criando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja operacionalização é centralizada por meio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Nesse ínterim, os recursos provêm do Ministério da Educação

(MEC). Depois, durante os anos 80, a FAE começa, por meio de convênios firmados com municípios, a descentralizar o programa (Caldas & Ávila, 2013). Apesar da pequena abrangência, das dificuldades na liberação de recursos e na prestação de contas, a descentralização do programa revelou benefícios notáveis, como a promoção dos produtores locais.

Logo, o ano de 1988 é, decerto, um grande marco na história do PNAE, pois a alimentação escolar passa a ser direito constitucional e dever do Estado nas instituições públicas (Brasil, 1988).

Já em 1994, é instituída a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 8.913). Desde então, os recursos do Governo Federal brasileiro começaram a ser repassados aos Estados, no caso do PNAE estadual (PEAE), e aos municípios, no caso do PNAE municipal (PMAE).

No que diz respeito à sustentabilidade e ao apoio ao pequeno produtor rural, é importante notar que, além da descentralização, o maior passo do programa se dá com a Lei Federal n. 11.947 de 16/6/2009, a qual estabelece, no artigo 14, que pelo menos 30% dos recursos do PNAE devem ser destinados à compra de produtos diretamente de agricultores familiares (Brasil, 2009a). De certo modo, essa lei assegura que, para pelo menos uma parte da merenda escolar, quase um terço do valor gasto, uma ligação direta se estabeleça entre o agricultor e o governo.

Em suma, devido à participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, é provável que, antes de 2009, o PNAE adquirisse alimentos oriundos da agricultura familiar, porém sem preocupação particular em relação às margens dos produtores ou à localização dos mesmos. Contudo, após 2009, configura-se no programa o quadro atual da compra direta da agricultura familiar. Neste

contexto, o PNAE passa a representar um circuito curto¹ de venda direta, estabelecendo, por consequência, uma relação diferencial que favorece as pequenas unidades de produção agrícola. Ademais, segundo Darolt (2012), os circuitos curtos seguem uma lógica de desenvolvimento rural sustentável, pois requerem proximidade geográfica, permitem uma melhor remuneração do produtor, dinamizam a economia local, assim como diminuem o impacto ambiental por exigirem menos embalagens e menos transporte.

Ainda, na questão do apoio diferenciado para os sistemas produtivos ecológicos certificados, a Resolução n. 38, de 16/07/2009, acrescenta uma orientação decisiva do PNAE que marca o apoio do programa à produção ecológica de alimentos, pois os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos devem ser priorizados (Brasil, 2009b). No entanto, precisou esperar a resolução 26, de 17/06/2013, que abre a possibilidade para os gestores valorizarem 30% a mais os produtos ecológicos devidamente certificados (Brasil, 2013).

Além do mais, para colocar em perspectiva a evolução ecológica do PNAE, sem limitar-se ao enfoque técnico das agriculturas mais limpas, podemos considerar no programa a preferência dada à produção local. De fato, a resolução 38 de 2009 institui que tanto a origem dos alimentos quanto a pesquisa de preço servindo na elaboração da chamada pública devem ser focadas no “âmbito local, regional, territorial, estadual e nacional, nesta ordem” (Brasil, 2009b). A valorização da escala local num contexto de transição ecológica se integra ao paradigma chamado por Curtis (2003) de “eco-localismo”. Este paradigma elege a escala local da comunidade como a mais adequada para a criação de economias eficientes, além de reconhecer

¹ Darolt (2012) identifica como circuito curto qualquer circuito de distribuição que conste até um intermediário entre o agricultor e o consumidor.

a importância da heterogeneidade dos ecossistemas e do capital natural, assim como a necessidade de mudanças tanto no comportamento do consumidor quanto dos padrões de produção. Em virtude dessas considerações, identifica-se a abordagem localista da resolução 38 de 2009 como um passo importante do PNAE no caminho da sustentabilidade.

Ainda, considerando que a sustentabilidade das unidades de produção também está relacionada ao grau de prosperidade das mesmas, é importante observar que, em relação aos valores de venda para o PNAE, a Resolução n. 25, de 4 de julho de 2012 (Brasil, 2012), alterou o valor de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP²/ano. Este valor é significativo para o agricultor familiar, uma vez que somente esse canal de comercialização pode representar, em média, uma venda de R\$ 1,6 mil reais/mês/DAP.

Afinal, entende-se que o PNAE, pelo percurso histórico do seu quadro legal, tende a se delinear cada vez em apoio à sustentabilidade, principalmente pelas características seguintes: compra direta, prioridade aos produtos ecológicos, localismo e aumento de valor por estabelecimento.

3. Agricultura familiar, autonomia e campesinidade

A noção de “agricultor familiar” é recente no Brasil. De fato, na academia brasileira considera-se que a tese de doutorado de Abramovay, em 1992, foi um marco conceitual para essa noção (Plein, 2010). No entanto, as categorias sociais que ela identifica não são tão recentes. Dessa forma, verifica-se que, no período de 1950 a 1970, falava-se em campesi-

nato, um conceito carregado de conteúdo político que remete às ligas camponesas e movimentos revolucionários no campo. Entre os anos 1970 e o meio dos anos 1990, utilizou-se o conceito de pequena produção ou de produção de baixa renda em um contexto de transformação política do Estado brasileiro e de “modernização conservadora” da agricultura, que visou alterar a base técnica da produção agrícola sem mexer na estrutura agrária do país (Porto & Siqueira, 1994).

Dessa forma, diferenças do termo podem ocorrer entre uma definição jurídico-funcional própria às políticas públicas e definições acadêmicas. No entanto, pode-se considerar, da mesma forma que Abramovay (1998), que a agricultura familiar se caracteriza por uma gestão, uma propriedade e um trabalho familiares.

No que diz respeito à sustentabilidade, podemos primeiramente considerar que, conforme Ignacy Sachs (2001), a agricultura familiar é imprescindível para um desenvolvimento rural sustentável. A saber, segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006; Plein, 2010), a agricultura familiar³, apesar de ocupar um quinto da área, gera, em média, 91% a mais de riqueza e 805% a mais de emprego, por área, que a agricultura patronal. Ainda, segundo o IBGE (2006), a proporção de propriedades que utilizam agrotóxicos é muito maior nos grandes estabelecimentos do que nos pequenos. Por conseguinte, tais dados sustentam que a agricultura familiar tende a ser mais eficiente que a agricultura patronal nas três esferas do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Dessa forma, o apoio à agricultura

² A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é um documento que serve de comprovante para ser identificado como agricultor familiar.

³ Na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar responde aos critérios seguintes: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas é predominantemente da própria família; a renda familiar originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento deve ter percentual mínimo; o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (Brasil, 2006).

familiar desde 2009 confere ao PNAE um caráter mais sustentável.

Por outro lado, considerando a abordagem capacitária, onde capacitação gera a liberdade do desenvolvimento, conforme Sen (2000), o PNAE é muito valioso para um desenvolvimento sustentável, pois oferece mais possibilidades a produtores excluídos do sistema. De fato, o papel da sociedade civil é indispensável para qualquer ação de desenvolvimento. Segundo Sen (2000), o objetivo do desenvolvimento é garantir a cada um a possibilidade de acessar a sua felicidade multidimensional baseando-se nas liberdades individuais e coletivas. Dessa forma, a liberdade é central, pois permite avaliar os fundamentos de toda ação, uma vez que a realização plena de cada ser humano passa por decisões individuais livres. Em muitos casos, as ações de desenvolvimento começam por uma luta contra as não-liberdades nos campos políticos, sociais e econômicos (notadamente a não-liberdade da pobreza) e nos campos da igualdade das possibilidades, da proteção e da segurança. Por consequência, o acesso garantido ao programa para o pequeno produtor representa uma nova oportunidade de mercado que “libera”, nos termos de Sen (2000), o agricultor da falta de opções de comercialização.

Analogamente, Boff (2012) esclarece que: “A pobreza [...] não está apenas associada à insuficiência de renda, de saúde e de educação, mas à privação de capacitações que roubam da pessoa oportunidades de se desenvolver e criar sua autonomia” (Boff, 2012, p. 139).

Em síntese, delinea-se um quadro teórico que relaciona o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável com o apoio aos agricultores familiares de tal forma que, para estes, a conquista por maior autonomia deva ser facilitada. Nas agriculturas ecológicas, a busca de maior autonomia técnico-

-econômica possível pode ser evidenciada no uso reduzido de insumos, na substituição de insumos externos para os produzidos na própria unidade de produção, no redesenho de sistemas que se tornam mais diversificados e, ainda, na constante busca de canais alternativos de mercado.

Tanto Gliessmann (2001) quanto Altieri (2002) enfatizam, em obras que fundamentam a agroecologia, que agroecossistemas ecológicos são mais autônomos que sistemas convencionais. Tais autores definem a autonomia, quase que exclusivamente, como a independência do agricultor com relação a insumos externos como sementes, adubos, defensivos, etc. Segundo Varela (1989), a autonomia do agricultor é a capacidade do sistema de produção para estabelecer suas próprias leis de funcionamento e, em função de seu meio socioeconômico, preservar sua identidade. Dessa forma, a autonomia do agricultor depende claramente da importância de forças externas na estrutura e nas técnicas de produção do estabelecimento, mas também na capacidade de tomar suas próprias decisões.

Isto é, a sustentabilidade/autonomia dos agricultores também pode se refletir pela capacidade dos mesmos em dominar o planejamento da produção e da comercialização dos alimentos produzidos. Produtores integrados a indústrias onde a empresa, de caráter produtivista, terceiriza uma parte de sua produção aos agricultores, transformando esses, apesar das margens de manobra restantes, em assalariados disfarçados: eis como agricultores podem perder grande parte de sua autonomia de decisão sobre os processos produtivos (Paulilo, 1990).

Conjuntamente, verifica-se na literatura uma grande quantidade de obras que relacionam a autonomia dos agricultores ao conceito de camponês.

Assim, a partir de quatro modelos teóricos, Lamarche (1998) observa que o caráter familiar nas formas sociais de produção esconde uma hete-

roogeneidade muito grande no campo. Analisando a diversidade das agriculturas familiares, o autor oferece uma definição do agricultor familiar moderno que representa um modelo alternativo entre o modelo empresarial e o modelo camponês. Justamente por não encontrar-se nesses dois extremos, o agricultor familiar teria a capacidade de adaptação à sociedade industrial moderna, mantendo uma certa resiliência. Esse autor propõe que a resiliência do agricultor familiar moderno seja oriunda do sistema camponês e chega a levantar a hipótese de que a presença de campesinato em uma região seria uma premissa condicional ao desenvolvimento de uma agricultura familiar moderna. Lamarche (1998) ainda descreve o agricultor familiar como um “camponês com mais técnica e mais necessidade”. Essa ideia de evolução de um conceito a outro, também sustentada por Wanderley (2003), conceitua o agricultor familiar como uma forma social de produção que manteve ainda especificidades de natureza camponesa na sua forma de produzir.

Por conseguinte, sugere-se que a efetividade da autonomia, essência da sustentabilidade no caráter resiliente que ela representa, seja articulada à reprodução dos princípios fundamentais da ordem camponesa, cuja posição afirma-se contra a lógica de concentração e de dependência do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, sem desconsiderar a importância de enfoques mais técnicos, assume-se a necessidade de considerar a sustentabilidade do mundo agrícola a partir da referência camponesa.

Em virtude dessa perspectiva, analisar a autonomia em uma população de produtores necessita, antes de qualquer coisa, retomar o conceito de campesinato, sua organização e seu funcionamento.

O conceito de campesinato se desenvolve na modernidade durante o século XIX no âmbito de conhecer as classes sociais do meio rural, situá-las na sociedade capitalista, bem como identificar as

suas relações com o poder e as revoluções. Com efeito, Marx, Kautsky e Lênin fundamentam as conhecidas posições marxistas que condenam o campesinato ao desaparecimento, pois este seria inviabilizado, na sociedade capitalista moderna, pelas migrações para a cidade ou pela transição capitalista (Luzzi, 2007).

Todavia, Chayanov (1974) defende no início do século XX a ideia de uma lógica de sobrevivência camponesa, o que explicaria a permanência dos camponeses no sistema capitalista. Para Chayanov (1974), a família é o fundamento da lógica camponesa, pois é, ao mesmo tempo, o ponto de partida, o objetivo da sua atividade, assim como a fonte de trabalho. Na unidade camponesa como Chayanov a aborda, o camponês equilibra a relação entre o trabalho e o consumo. O camponês não se assemelha a um empresário que enxerga o lucro que sobra dos seus custos de produção, mas assemelha-se a um artesão que determina o tempo, as tarefas e a intensidade do seu trabalho. Outrossim, a economia camponesa pode conviver com a economia capitalista, mas ela se diferencia por algumas características, tais como a ausência do assalariamento como forma principal de trabalho, a circulação simples de mercadoria, a assimilação de valores de uso/estímulo produtivo condizente com as necessidades e a não contabilização da sua força de trabalho no processo produtivo.

Ainda por cima, nessa perspectiva, o balanço entre o trabalho e o consumo que ocorre na unidade de produção familiar de ordem camponesa é conceitualmente muito relevante, pois a evolução do tamanho da família na unidade de produção vai modificando este balanço de tal forma que a diferenciação demográfica explica fortemente a heterogeneidade das unidades de produção familiar (Wanderley, 1998).

Certamente, a estrutura fundiária brasileira, herança de 500 anos de história, caracteriza-se pela alta concentração de terra, gerando pobreza e exclusão no meio rural. As desigualdades chocantes entre o latifúndio e o conjunto dos outros tipos de estabelecimentos tendem a caracterizar como camponeses todos os rurais que não se enquadrariam no latifúndio, os pequenos produtores (Marques, 2002).

Por consequência, o termo camponês pode simultaneamente, numa visão marxista, carregar um sentido ligado às lutas de classes no campo e, numa visão chayanoviana, se referir a um modo de produção, uma racionalidade diferente. Logo, como o objetivo deste estudo é medir o grau de autonomia entre diversos estabelecimentos, defende-se aqui um conceito de camponês mais relacionado a uma racionalidade de produção.

Semelhantemente, Toledo (1992), grande contribuidor conceitual mexicano, levanta um conjunto de características que descreve a economia camponesa: a importância do autoconsumo, a intensificação no trabalho diminuindo os insumos externos, uma visão que não privilegia o lucro, a escassez de recursos, assim como a diversidade de ocupações que pode ocorrer no sistema de atividades da família.

De acordo com esse autor, os camponeses realizam trocas ecológicas e econômicas entre o meio natural, o meio agrícola modificado e a sociedade. Para garantir a reprodução da família, os camponeses se baseiam mais em produtos obtidos da natureza, original ou modificada, que em produtos provindos do mercado. Nessa perspectiva,

os camponeses adotam mecanismos de sobrevivência, criando um fluxo contínuo de recursos, obrigando-os a diversificar os produtos, assim como os recursos e as práticas produtivas. No espaço, tendem a utilizar ao máximo todos os ecossistemas disponíveis e, durante o ano, tendem a obter a maior quantidade de produtos que os ecossistemas oferecem sem prejudicar a perenidade do todo. A reprodução da família camponesa se baseia na diversificação, pois, além da alimentação, podem produzir combustíveis, instrumentos e medicamentos, entre outros (Toledo, 1992).

Inclusive, a resistência campesina frente às condições desfavoráveis climáticas ou mercantis faz com que estes não sejam somente agricultores. Conforme Toledo (1992), mesmo que a agricultura tenda a ser a atividade central da unidade camponesa, é sempre complementada por práticas extrativistas e artesanato, ou ainda por trabalhos efetuados fora do estabelecimento.

Sob o mesmo ponto de vista, Ploeg⁴ (2008) retoma o debate ressaltando que os estudos sobre o campesinato “precisam incluir graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes”, pois representam “processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo” (Ploeg, 2008, p. 39).

Nessa perspectiva, tanto Woortmann (1990) quanto Toledo (1999) e ainda Ploeg (2008) defendem a ideia de analisar as realidades agrárias sob o prisma de uma essência campesina presente em maior ou menor grau segundo a trajetória de vida da família rural e sua integração à sociedade moderna: eis a campesinidade.

⁴ Metodologicamente, Van Der Ploeg trabalha com a existência de três principais modos de produção na agricultura atual. O modo de produção capitalista, o empresarial e o camponês. O primeiro é marcado pelas relações de trabalho assalariado e voltado essencialmente para o mercado; o segundo pode ser constituído por formas familiares, porém, numa lógica mercantil; e o último diferencia-se dos anteriores por sua relação mais autônoma relativamente ao mercado. Apesar dessas distinções, aponta para pontos de aproximação entre os três modos de produção, o que explica o fato de que, mesmo com a modernização da agricultura e a tendência de predomínio dos modos empresarial e capitalista, o modo camponês continua existindo.

Primeiramente, Woortmann (1990) define a campesinidade como uma essência moral e ética baseada em princípios organizatórios centrais, como a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Este autor ainda indica que essa qualidade pode ser encontrada em diferentes tempos e espaços.

Já, como vimos acima, Toledo (1999) confere a esta noção uma visão técnica chayanoviana, insistindo nas questões de eficiência do espaço e do trabalho, assim como na diversificação das atividades.

A abordagem de Toledo e de Ploeg é muito relevante no que diz respeito à estratégia camponesa de intensificação baseada no trabalho, a qual se justificaria pela relativa abundância de força de trabalho familiar e pela relativa escassez dos meios de trabalho dos camponeses (terra, animais, etc.). Como em Woortmann (1990), os níveis de “campesinidade”, como sugere Ploeg, variam no tempo e no espaço. Este autor indica um processo dinâmico de influxos e refluxos que às vezes conduz a uma perda de campesinidade ou a um ganho de campesinidade em determinado território que caracteriza como descampenização e recampenização.

Outrossim, há tanto em Toledo (1992) quanto em Ploeg (2008) a visão de que os camponeses são menos dependentes dos mercados, pois a autossuficiência camponesa subentende que os meios e insumos camponeses são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico e que estes, racionalmente, não são adquiridos nos mercados. Ainda, a busca por autonomia é primordial na visão camponesa e esta justifica que os camponeses não procuram aumentar sua base de recursos por meio de relações de dependência substanciais e duradouras com os mercados de insumos, como acontece, por exemplo, na integração.

Ademais, encontra-se também em Ploeg (2008) um dos princípios organizatórios da cam-

pesinidade de Woortmann, a saber, a reciprocidade. De fato, este autor indica que a condição camponesa conta com padrões de cooperação no meio rural. Nesse sentido, Sabourin (2009) enfatiza que, contrariamente à lógica da competitividade individual capitalista, os camponeses reproduzem em seu modo de produção relações de reciprocidade baseadas na solidariedade.

Com toda a certeza, as abordagens de tais autores mostram como a ecologia vem de encontro com o conceito do campesinato. A prática da agroecologia pode também representar uma posição de resistência, de caráter campesino, aos impérios alimentares, os quais configuram um modo de sistema agroalimentar instável e perigoso tanto social quanto economicamente ou ainda ambientalmente (Ploeg, 2008; 2009). Em virtude disso, Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) indicam que o campesinato evoluiu para uma atual conceituação agroecológica, aparecendo como “uma forma de relacionar-se com a natureza ao considerar-se como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental” (Guzmán & Molina, 2005).

4. Metodologia do estudo de caso

Em primeiro lugar, foi elaborada a matriz do índice de sustentabilidade/autonomia por meio de sete indicadores com base no conceito de campesinidade identificado em Toledo (1992; 1999) e Ploeg (2008). Também, respeitando a abordagem sistêmica imprescindível nos estudos de unidades de produção agrícola, elaborou-se um questionário semiestruturado que permitiu realizar uma caracterização da agricultura inserida no PNAE municipal, assim como levantar os dados, tanto qualitativos

quanto quantitativos, com os quais a sustentabilidade/autonomia das unidades de produção foi interpretada.

Já esses dados são provenientes de entrevistas com todos os estabelecimentos agrícolas diretamente envolvidos com o PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no período da chamada pública referente ao primeiro semestre do ano de 2013. As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014, configurando uma população estudada de 18 unidades de produção. Esta população, frente às 1.702 DAPs ativas naquele período no município, mostra a pequena abrangência do programa frente à agricultura familiar de forma geral, pois beneficia somente um pouco mais de 1% do público que poderia potencialmente participar.

Conjuntamente, as informações sobre trajetória e operacionalização do PMAE (PNAE municipal) em Marechal Cândido Rondon foram obtidas graças às entrevistas informais junto às organizações que gerenciam junto aos produtores e às instituições beneficiadas o bom desempenho do programa no município, ou seja: o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), a Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE) e a Prefeitura do município. Também foram utilizados documentos obtidos junto a essas organizações, tais como: listas de participantes, listas de produtos, instituições envolvidas, mapas, contatos dos agricultores envolvidos, listas de preços. Em seguida, os dados foram submetidos a análises estatísticas com apoio do programa SPSS e foram elaboradas análises de correlações, as quais permitem estudar as relações das variáveis com os indicadores.

O índice de sustentabilidade/autonomia (IS), que também pode ser interpretado como um índice de campesinidade, calculado para cada unidade de produção, pode variar de 0 a 1, sendo que os valores

mais próximos de 1 mostram as maiores taxas de sustentabilidade. Tal índice foi obtido a partir da média de sete indicadores, conforme se verifica na Tabela 1 seguinte.

Finalmente, uma vez os dados levantados e tratados, foram verificadas, por meio do coeficiente de Pearson, no que diz respeito à sustentabilidade, as possíveis correlações do índice de sustentabilidade com outros dados.

5. O PNAE no município de Marechal Cândido Rondon

5.1. Os participantes do programa

Com o intuito de trazer conteúdo analítico a este estudo de caso, precisa-se inicialmente entender o contexto. No primeiro semestre de 2013, no município de Marechal Cândido Rondon, do oeste paranaense, participam 18 propriedades no PMAE. A participação no PNAE se dá por um grupo informal, onde os agricultores familiares e os empreendedores familiares rurais são organizados em uma associação: a Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE). A ACEMPRE, criada em 1992, vem comercializando os produtos de pequenos produtores associados em loja própria, assim como nos diversos supermercados da cidade. A associação possui grandes interações com uma organização não governamental chamada CAPA. Desde 1997, quando o CAPA iniciou sua atuação na região, ficou e ainda é responsável pelo acompanhamento técnico dos produtores da ACEMPRE. Este assessoramento é feito com foco na agroecologia. Também, em 2013, o CAPA de Marechal Cândido Rondon é sede do núcleo oeste do Paraná da Rede Ecológica de Agroecologia, único sistema participa-

TABELA 1 – Descrição dos sete indicadores utilizados para obter o índice de sustentabilidade/autonomia

Indicadores

1 - Autonomia estrutural

Parâmetros: Porcentagem da área de terra e da mão de obra que é da própria família.

Referências: definição da agricultura familiar por Abramovay (1998); autonomia como independência do estabelecimento, segundo Gliessmann (2001) ou ainda Altieri (2002).

Metodologia: Cálculo da porcentagem de área própria em relação à área total utilizada e cálculo da porcentagem da mão de obra familiar em relação à mão de obra total utilizada. Os valores em percentual são somados e divididos por 2, fornecendo um índice de autonomia estrutural. Para o cálculo da mão de obra, foi considerado que 1 Unidade de Trabalho (UT) = 300 dias de serviço.

2 - Renda

Parâmetros: Entrada monetária acrescida da margem da produção vendida por Unidade de Trabalho Familiar (UTF = 300 dias de serviço) em relação ao custo de oportunidade.

Referências: Prosperidade vista como liberdade de escolha, segundo Sen (2000) e Boff (2012); dimensão econômica de Sachs (2001).

Metodologia: Cálculo da renda geral somando rendas oriundas do patrimônio, de aposentadorias, de atividades elaboradas fora do estabelecimento, acrescentando a margem da produção vendida sem considerar a produção destinada para o consumo familiar. O valor de renda total é dividido por 12, se for anual, para obter um valor de renda mensal. Considera-se o salário mínimo (SM) como referência para o custo de oportunidade do trabalho. O índice vale 0 quando o valor da renda por UTF for menor que 1 SM. O índice vale 1 quando o valor for igual ou superior a 2 SM. Quando o valor de renda por trabalhador familiar estiver num patamar entre 1 e 2 SM, o índice varia proporcionalmente à porcentagem que o valor representa em quantidade de salário mínimo (SM).

3 - Diversidade da produção vendida

Parâmetros: Diversidade na produção dos cultivos, das criações e dos produtos transformados comercializados.

Referências: Diversificação da produção segundo Toledo (1992) e Ploeg (2008).

Metodologia: O Indicador de Diversidade de Produção (IDP) é obtido a partir de um indicador de diversidade vegetal (IDV), de um indicador de diversidade animal (IDA) e de um indicador de diversidade de processamento (IDI). Se o produtor vender produtos oriundos da produção vegetal, da criação animal e do processamento de matérias-primas, o IDP é automaticamente de 1 (o valor máximo). Para os outros casos, os valores serão obtidos por meio de subindicadores, seguindo o quadro seguinte:

Produção Vegetal			Produção Animal		Processamento	
Qd espécies	Valor diversidade Perene	Valor diversidade Temporária	Qd espécies	Valor diversidade Animal	Possui	Valor
Nenhuma	0	0	Nenhuma	0	Não	0
Uma	0,2	0,2	Uma	0,4	Sim	1
Duas	0,4	0,4	Duas	0,7		
Três	0,6	0,6	Três ou mais	1		
Quatro	0,8	0,8				
Cinco ou mais	1	1				
Indicadores	IDV= (Valor div Perene + Valor div Temporária)/2		IDA = Valor diversidade Animal		IDI = 0 ou 1.	

O IDP foi calculado posteriormente com a fórmula seguinte: $IDP = (IDV + IDA + (IDI/5))/2,2$

4 - Canais de comercialização

Parâmetros: Quantidade e qualidade dos canais de comercialização, privilegiando os circuitos de venda direta.

Referências: Caráter ecológico dos circuitos curtos de venda direta, segundo Darolt (2012) e ainda Curtis (2003); diversificação e intensificação do trabalho em estratégias de comercialização como em Chayanov (1974), Toledo (1992) e ainda Ploeg (2008).

Metodologia: Se o agricultor não possui nenhuma forma de comercialização além do PNAE, o valor fica nulo (0). Atribui-se o valor de 0,30 por canal de venda direta complementar ao PNAE (0,50 no caso da feira do produtor) e 0,15 por canal de venda indireta complementar ao PNAE. O valor máximo é de 1.

(continua)

TABELA 1 – Conclusão

5 - Capital Social

Parâmetros: Nível de participação em cooperativas da agricultura familiar, sindicatos, associações, grupos, conselhos e presença de relações de reciprocidade de trabalho de ajuda mútua com outros produtores.

Referências: Importância da reciprocidade na lógica camponesa, segundo Woortmann (1990), Ploeg (2008) ou ainda Sabourin (2009).

Metodologia: Somando até 1, o máximo, 0,15 por participação em Cooperativa da agricultura familiar, em associação, em sindicato, em grupo ou em conselho. Conta-se também 0,15 se existe trabalho de ajuda mútua com outros produtores.

Se o produtor possui uma responsabilidade mais importante em uma destas organizações, o valor correspondente fica com o valor de 0,50 em lugar de 0,15.

Os valores 1 e 0 significam, respectivamente: alto nível de sustentabilidade social e baixo capital social.

6 - Gerenciamento

Parâmetros: Grau de controle e planejamento sobre os produtos e as despesas da Unidade de Produção Agrícola.

Referências: Capacitação que gera liberdade de escolha e facilita a prosperidade, segundo Sen (2000), Boff (2012). Kraychete (2007) lembra, em obra sobre a economia solidária, que o caminho para a sustentabilidade passa por um mínimo domínio da gestão financeira do estabelecimento rural, a qual facilita a possibilidade de êxito do sistema.

Metodologia: Não controla os custos e não tem estimativa de produção = 0

Não controla os custos, mas tem estimativa de produção = 0,2

Não anota, mas controla os custos e as vendas (possui comprovantes) = 0,4

Anota uma parte pequena dos custos = 0,6

Anota grande parte dos custos = 0,8

Anota os custos e planeja a produção = 1

7 - Sobrevivência

Parâmetros: Diversidade da produção destinada à reprodução da família e importância da pluriatividade como estratégia de subsistência da família.

Referências: diversificação das produções e das atividades visando à reprodução autônoma da família, como em Toledo (1992) e Ploeg (2008).

Metodologia: Para cada grupo de itens produzidos na propriedade para o autoconsumo: Hortaliças: 0,15; Frutas: 0,15; Carne bovina: 0,15; Carne Suína: 0,15; Aves: 0,15; Outros animais: 0,15; Pão/Macarrão: 0,15; Doces: 0,15; Bebidas: 0,15.

Se a produção destinada ao autoconsumo da família não atingir o valor máximo de 1, será atribuída ao residual a importância da pluriatividade na renda da família e os dois valores serão adicionados.

tivo de garantia de produção orgânica presente do Estado do Paraná.

Uma vez que se esclareceu o contexto organizacional, é importante apresentar algumas características da população estudada. No que diz respeito aos responsáveis das unidades de produção, vale observar que 83,3% destas são representadas por homens e que a idade média do responsável da unidade é de 53 anos.

Já em relação às propriedades, as áreas das unidades de produção são pequenas, pois a média é de 8,7 hectares. Para um quarto dos estabelecimentos, trata-se de áreas menores do que 5 hectares, enquanto a maior de todas conta com 23,6 hectares. Para a quase totalidade das 18 propriedades

envolvidas (88,9%), trata-se de unidades que são integralmente donas das suas áreas de produção.

Ainda, no que toca à força de trabalho, 77,8% das unidades de produção utilizam exclusivamente mão de obra familiar. Somente quatro propriedades (22,2%) empregam mão de obra externa, sendo que, dessas quatro, uma unidade emprega 9% da força de trabalho, enquanto a família responde por 91% do total. Nas outras três unidades, menos de 5% do trabalho vem de fora da família. Dessa forma, verifica-se o nítido predomínio das famílias no trabalho das propriedades envolvidas no PNAE municipal. Ainda, no que diz respeito à quantidade de mão de obra familiar, é importante notar que, em geral, as propriedades enfrentam uma realidade de escassez

de mão de obra, pois, em média, as unidades possuem 2,16 Unidades de Trabalho Familiar (UTF). No universo das 18 propriedades pesquisadas, três (17%) unidades de produção contam com apenas uma unidade de trabalho familiar (UTF). Nesta situação encontramos pessoas solteiras ou viúvas sem presença de familiares disponíveis para ajudar na produção. Um pouco mais da metade do total das propriedades (10 de 18, 56%) conta com duas unidades de trabalho familiares. Nessa posição, além de um caso onde um produtor solteiro aliou-se com o sobrinho dele, trata-se de casais sem presença de outros familiares disponíveis para ajudar na produção. Somente 28% das propriedades (5 de 18) contam com pelo menos 2,5 UTF. Nessas unidades de produção encontramos casais com a presença de familiares disponíveis, principalmente filhos, para ajudar nos processos produtivos da propriedade.

Outrossim, abordando as rendas anuais dos estabelecimentos envolvidos, observa-se uma grande heterogeneidade, pois estas evoluem de R\$ 10.900,00 até R\$ 88.830,00.

Além disso, em relação às fontes de renda, somente um terço (6 sobre 18) das propriedades tem na atividade agrícola sua única fonte de renda. Uma propriedade (5,5%) completa sua renda agrícola unicamente com arrendamento de terra. A pluriatividade tem grande importância na população considerada, pois 11% (2 propriedades sobre 18) complementam suas rendas com outras atividades, sendo que esse número chega a quase 50%, e que 16% (3 propriedades de 18) têm na pluriatividade sua principal fonte de renda. Além do mais, recebimentos da previdência social rural (aposentadorias e pensões) e arrendamentos são da mesma forma muito importantes nas rendas dos estabelecimentos, pois um terço das propriedades depende fortemente desses.

Por outro lado, focalizando-se somente no PNAE, os valores das entregas anuais por unidade de produção vão de R\$ 1.850,00 até R\$ 39.750,00 (por uma média de R\$ 9.060,00), o que mostra uma grande disparidade de participação entre as propriedades. Os três estabelecimentos mais ativos são responsáveis por 50% do total dos valores do PNAE, enquanto os nove menos envolvidos representam somente 15% do total. Em relação à renda geral das famílias, o programa responde, em média, por 13,04% das rendas – o que pode ser determinante para a manutenção das famílias. Somente para uma unidade de produção o PNAE representa mais de 50% da renda geral, enquanto que, para a maioria dos produtores, o PNAE contribui em menos de 10% da renda geral. Já para 22% dos produtores, o PNAE contribui entre 10% e 20% da renda geral.

5.2. A sustentabilidade no PNAE do município

Em termos de produção orgânica, o município de Marechal Cândido Rondon possui seis produtores, todos certificados pela Rede Ecovida. O PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon se relaciona diretamente com dois desses produtores: um produtor de hortaliças orgânicas e um produtor de grãos orgânicos. Antes de entregar na merenda escolar, o produtor de grãos orgânicos processa sua produção via outro produtor do município que possui um moinho certificado orgânico. Dessa forma, podemos afirmar que o PNAE municipal é canal de comercialização para 50% dos produtores orgânicos certificados do município. Sobre os 2.423 estabelecimentos agropecuários do município, os produtores orgânicos representam um pouco menos de 0,25%, enquanto nos estabelecimentos atingidos pelo PNAE municipal estes representam quase 16%.

Em 2014, 42% da verba do FNDE foi direcionada para a agricultura familiar; desses 42%, mais de um terço (35%) se referiu a produtos orgânicos certificados. Segundo a nutricionista responsável pelo programa no município, ao contar as produções que não são certificadas, estima-se que 90% dos alimentos adquiridos da agricultura familiar seguem uma lógica ainda assim ecológica, pois seriam produzidos sem uso de agrotóxicos.

Tais dados demonstram que, por mais incipiente que se encontre a agricultura orgânica no município e mesmo com as limitações de abrangência, o programa apoia a produção ecológica no município.

No entanto, verificou-se que o PNAE municipal pode salientar problemas que ocorrem nas dinâmicas solidárias dos produtores. Agricultores relatam que há mais vantagens em entregar suas produções no PNAE do que para a associação deles, a ACEMPRE. Entre tais vantagens, podemos citar a garantia de pagamento, a ausência de atrasos nos pagamentos, a ausência de perdas e/ou descontos sobre a produção entregue, bem como a ausência de custos relativos às embalagens. De fato, para as vendas da ACEMPRE nos supermercados, a associação cobra dos produtores o custo das embalagens necessárias. Muitas vezes, uns produtos entregues para a associação não são vendidos. Estes se deterioram e acabam no lixo, sendo que o prejuízo é repartido solidária e equitativamente entre os produtores, sem distinções na qualidade dos produtos entregues pelos diferentes produtores. Três produtores reclamaram desse funcionamento, que nivela para baixo a qualidade dos produtos e acaba aumentando a quantidade de produções perdidas.

Semelhantemente, responsáveis do CAPA relataram que a participação no PNAE parece enfraquecer a produção agroecológica municipal em lugar de incentivá-la, pois os agricultores ganham

um espaço de venda que não exige que a produção seja ecológica. Consequentemente, os produtores integram a ACEMPRE no âmbito de vender na merenda escolar, mas sem o objetivo de realizar a transição agroecológica. Por outro lado, considera-se que a ACEMPRE possa atingir um público maior, que necessita de uma maior conscientização a respeito de problemas ecológicos, e que, por meio da atuação do CAPA, possa haver a oportunidade de difusão dos valores da produção ecológica, melhorando a emancipação política no meio rural local.

A confrontação da associação (ACEMPRE) com canais de comercialização que são mais fáceis de gerenciar, como no caso do mercado institucional, onde as compras são garantidas e onde não há custos de embalagens, pode ajudar a associação para melhorar sua situação, tanto financeira quanto tecnicamente, porém, há também o risco de criar uma dependência grande demais do PNAE.

Assim, enxerga-se o PNAE como um novo canal de comercialização, que incentiva a solidariedade entre os produtores ao dividir as entregas equitativamente entre seus participantes, mas que pode também, de certa forma, salientar os problemas que ocorrem nas dinâmicas associativas no âmbito de melhorá-las, ajustando-se em função das necessidades dos produtores e da demanda dos consumidores.

5.3. Níveis de sustentabilidade/autonomia entre os participantes

A sustentabilidade/autonomia, nos moldes da campesinidade, foi analisada por meio de sete indicadores. Para cada unidade de produção, o índice de sustentabilidade foi obtido fazendo uma média dos valores alcançados em cada um dos sete indicadores. A matriz utilizada neste estudo

revelou-se uma ferramenta simples de usar. O índice de sustentabilidade varia entre os 18 casos do mínimo obtido 0,433 até o máximo obtido 0,996. Quanto mais se aproxima de 1, mais sustentável consideramos a unidade de produção.

Primeiramente, ao avaliar a ligação do índice de sustentabilidade com os valores dos sete indicadores, por meio do estudo do coeficiente de correlação de Pearson, observou-se que o índice se correlaciona com todos os indicadores, menos com a autonomia estrutural e a sobrevivência. Isso significa que, no presente estudo, a variação do índice de sustentabilidade é pouco influenciada pelos níveis de autonomia estrutural ou de sobrevivência.

No caso da autonomia estrutural, explicamos esse resultado pelo fato de que quase todas as unidades estudadas são autônomas em relação à mão de obra e à terra trabalhada, pois a força de trabalho é de caráter familiar para todas as unidades e somente duas delas trabalham com terras que não lhes pertencem.

No caso das atividades de sobrevivência, explicamos o resultado pelo fato de que a produção própria, cujo objetivo é a reprodução da família pelo autoconsumo, ser ainda muito presente na população estudada. Quando o autoconsumo não for tão importante, as estratégias de atividades fora do estabelecimento asseguram a reprodução da família. Dessa forma, esse indicador pouco varia.

Também, por meio dos dados levantados na presente pesquisa, não se constatou correlação entre o índice de sustentabilidade e o valor entregue no PNAE, ou entre o índice de sustentabilidade e a parte que o PNAE representa na renda das propriedades. Isso significa que, no presente estudo, entre os participantes do PNAE municipal do início de 2013, o grau de participação no PNAE não indica necessariamente um grau melhor em termos de sustentabilidade.

Ainda, as análises de correlações mostraram que o índice de sustentabilidade se correlaciona positivamente com a renda anual, com a quantidade de UTF e com a proporção que representa a atividade agrícola na renda geral das unidades de produção. Uma correlação positiva menos importante existe também entre o índice e o tamanho da área própria das unidades.

Portanto, com o objetivo de representar mais facilmente os valores obtidos e ajudar a comentá-los, optou-se por criar uma caracterização socioprodutiva simples da população estudada. Como a renda é avaliada pelo segundo dos sete indicadores, decidiu-se elaborar a caracterização socioprodutiva, focando-se na quantidade de UTF e na proporção que representa a atividade agrícola na renda geral das unidades de produção, conforme a Tabela 2.

TABELA 2 – Descrição das classes socioprodutivas

Classes socioprodutivas

Classe 1: Unidades de produção com somente uma UTF

Classe 2: Unidades de produção com duas UTF e uma renda dominada pela pluriatividade e/ou arrendamentos e/ou recebimentos da previdência social

Classe 3: Unidades de produção com duas UTF e uma renda principalmente agrícola.

Classe 4: Unidades de produção com mais de duas UTF e uma renda principalmente agrícola.

Na Figura 1, pode-se observar como se situam os índices das unidades de produção segundo essa caracterização socioprodutiva.

Assim sendo, ilustra-se que quanto mais mão de obra familiar se envolve na produção e quanto mais agrícola é a renda da unidade, mais os estabelecimentos agrícolas tendem a ser sustentáveis/autônomos.

Para maximizar as saídas com os recursos disponíveis, a lógica camponesa aumenta a quantidade do trabalho, mobilizando da melhor forma e mais

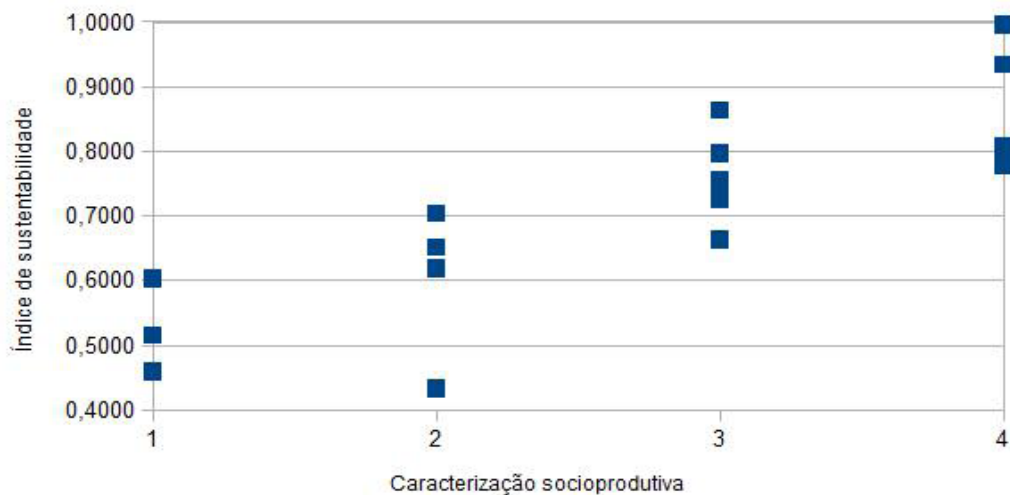


FIGURA 1 – Distribuição das unidades segundo seus níveis no índice de sustentabilidade e suas classes socioproductivas.

intensivamente a força de trabalho familiar, buscando produzir mais valor agregado quanto possível. Esta busca pode se efetivar na produção por meio de uma transição para sistemas ecológicos certificados (os dois produtores orgânicos estão na classe 4) ou ainda pela escolha de sistemas de produção que agregam valor, como a produção de hortaliças, a produção leiteira, o processamento de matérias-primas ou ainda na comercialização por meio da adoção de circuito de venda direta. Quanto mais trabalhadores familiares possui o estabelecimento, mais sustentável se torna, pois melhor se consegue aproveitar os recursos de maneira eficiente, tanto para alimentar o sistema de produção ou a família quanto para extrair do sistema a produção a ser vendida. Nesse sentido, até mesmo a transição ecológica aparece como condicionada, ou pelo menos fortemente influenciada, pela situação demográfica da unidade de produção.

Para Ploeg (2008), a produtividade e as melhorias da unidade de produção camponesa dependem criticamente da quantidade e da qualidade da força

de trabalho. A diferenciação demográfica, para a análise da heterogeneidade das unidades camponesas russas do século XIX, era, para Chayanov, mais significativa do que a diferenciação social relacionada ao nível de capitalização (Wanderley, 1998). O presente estudo indica que a diferenciação demográfica, ocorrendo entre as unidades de produção, explica em grande parte as diferenças de autonomia. De certa forma, descobrimos que, quando se trata de autonomia da propriedade, a quantidade de recursos é um fator menos limitante que a quantidade de mão de obra familiar.

A Figura 2 mostra o desempenho médio para os sete indicadores para cada uma das classes socioproductivas. Nesse gráfico, os valores mais externos, ou, dito de outra forma, mais afastados do centro do radar, representam as melhores situações definidas pela matriz do estudo.

Se a classe 4 parece mostrar valores médios harmoniosos, quase seguindo a forma do radar, podemos enxergar no gerenciamento sua maior limitação. Com menos mão de obra, a classe 3 mostra valores

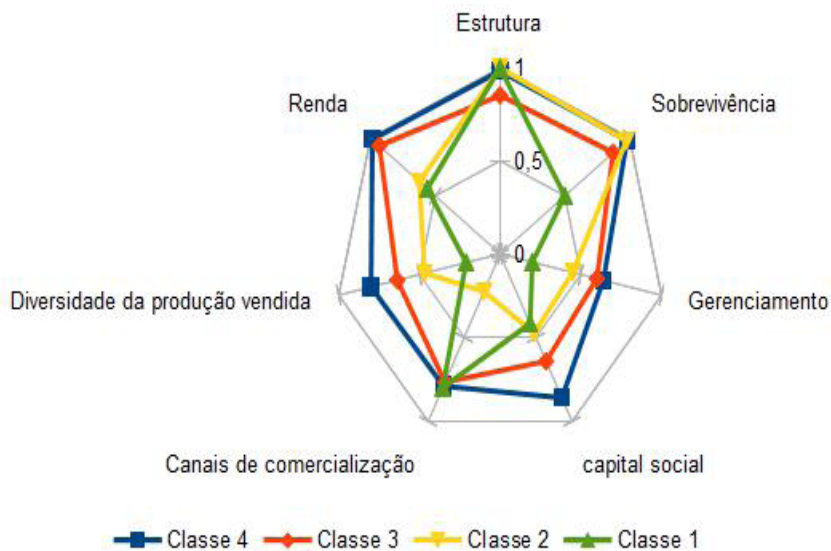


FIGURA 2 – Níveis médios das classes socioprodutivas nos setes indicadores.

médios quase sempre menores que os da classe 4, mas possui uma forma harmoniosa, não mostrando em si fortes limitações. No caso das classes 1 e 2, a renda agrícola não é necessariamente dominante, a previdência social rural também representa um valor significativo, o que leva a pensar que, além da quantidade de pessoas disponíveis na unidade de produção, a idade também pode representar um limite ao esforço requerido pela produção agrícola. A evolução da família influencia tanto a quantidade de força de trabalho disponível quanto o nível das necessidades (por exemplo, o autoconsumo) da família, em relação ao estabelecimento agrícola.

A classe 2 mostra valores médios bem menores em relação à renda, à diversidade de produção vendida, aos canais de comercialização e ao gerenciamento. A importância da pluriatividade e de outras fontes de renda nas unidades de produção da classe 2 gera um formato retangular, que revela uma atividade agrícola mais voltada para o autoconsu-

mo, com uma boa autonomia estrutural e um alto nível de sobrevivência. A classe 1 apresenta níveis comparáveis com os da classe 2 para os indicadores de estrutura, de renda e de capital social, porém apresenta valores bem menores nas questões da diversidade de produção vendida, do gerenciamento e da sobrevivência. No entanto, esse grupo com menos mão de obra familiar apresenta uma boa autonomia na questão dos canais de comercialização, como se esse tipo de produtor compensasse uma pequena diversidade de produção e pouca produção para o autoconsumo pela inserção em vários canais de comercialização e interações sociais.

Entre as classes 2 e 3, precisa-se abordar a questão das atividades não agrícolas. Uma pesquisa de Silvestro *et al.* (2001) mostra a precariedade das fontes não agrícolas de geração de renda em unidades familiares de produção do oeste catarinense. A importância dessas rendas não agrícolas se associa mais à precariedade de condições de

vida que a alternativas de geração de riqueza para as famílias. Os pesquisadores demonstram que esses agricultores valorizam a produção agrícola, mas não investem na atividade agrícola e seguem o caminho da pluriatividade devido à falta de capital. Nessa perspectiva, observa-se que a diferença de campesinidade ou autonomia presente entre as classes 2 e 3 se dá pela diferenciação social relacionada ao grau de capitalização das famílias. Assim sendo, pensa-se que a pluriatividade é ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência camponesa e um indicador de precariedade. No entanto, se esta estratégia fosse considerada como inerente ao funcionamento camponês, seria possível ajudar com mais eficiência a população rural na precariedade. De fato, as atividades remuneradas fora do estabelecimento rural não podem ultrapassar a quantidade arbitrária de 120 pessoas/dia por ano e por grupo familiar, segundo a legislação que confere ao agricultor familiar o estatuto de segurado especial (Brasil, 2008). Conhecendo a importância da previdência social rural para a população do campo, entende-se que os agricultores em situação precária podem se orientar para trabalhos informais, em situações desfavoráveis, para não perder o estatuto de segurado especial: uma situação que pode levar certos produtores em um círculo vicioso marcado pela dependência alheia e a descapitalização. Rever este quadro legislativo poderia favorecer a criação de um melhor capital e de repente aumentar consideravelmente a sustentabilidade no campo.

De maneira geral, exceto para os agricultores orgânicos certificados, os quais devem guardar os registros das produções, das aquisições e das saídas, assim como ter um plano de manejo, o nível de gerenciamento não é satisfatório, deixando muito a desejar, e representa um dos maiores desafios para o objetivo da sustentabilidade e da manutenção do homem no campo.

Faz-se necessário levantar mais algumas considerações, tais como a proporção de unidades que realizam entregas ao PNAE com produções que normalmente são destinadas ao consumo da família, as produções de subsistência. Dessa forma, observou-se que tal proporção é pequena na classe 4 (40%) e nula na classe 1, sendo muito grande na classe 3 (83%) e na classe 2 (75%). Na classe 4, as famílias são maiores, há mais capital e mais produção comercializada. A quantidade de capital investido não faz valer tanto a pena ocupar mão de obra para vender a produção de subsistência que sobra, se houver. Na classe 1, pode ter produção de subsistência sobrando, porém a falta de força de trabalho é grande e opta-se ocupar a força de trabalho do estabelecimento com produções diferenciadas de maior valor agregado (polpa de acerola, frangos caipiras, macarrão caseiro ou ainda sal temperado). Nesse caso, vender a produção de subsistência não compensa devido à falta de mão de obra. Nas classes 2 e 3, as famílias estão numa situação intermediária em que ainda há força de trabalho disponível e, com menos capital investido e menos intensidade do trabalho, é válido ocupar a força de trabalho para aproveitar as sobras de produção de subsistência e vendê-las ao programa.

Outra consideração a ser feita sobre a produção de subsistência que é entregue no PNAE tem relação com a questão da qualidade desses alimentos. Todos os agricultores entrevistados indicaram que a produção para o “gasto”, para o autoconsumo, é livre de agrotóxicos. Isto significa que, para os agricultores, uma alimentação saudável, boa para reprodução da família, é livre de produtos agrotóxicos. Tal informação corrobora as observações de Brandenburg e Ferreira (2012), os quais verificaram, nas práticas alimentares de produtores ecológicos, na região metropolitana de Curitiba, uma produção para o autoconsumo considerada saudável devido à ausência de agrotóxicos.

Mais uma vez, identifica-se que a questão da sustentabilidade no campo e da qualidade dos alimentos ultrapassa a cadeia do mercado ecológico formal. Mesmo que essas produções de subsistência produzidas sem agrotóxicos não necessariamente atendam todas as normas que regem a produção orgânica ou agroecológica no país, o Estado, nesta perspectiva, possui claramente um papel importante na inserção dessa produção mais ecológica no consumo da sociedade.

Ainda sobre a produção de subsistência, para Biase (2010), agriculturas que valorizam o espaço de produção de subsistência, espaço tradicionalmente feminino, podem ajudar a frear os efeitos devastadores, tanto ambientais quanto sociais, da modernidade agrícola, fortalecendo o papel das mulheres e mantendo os processos de coprodução que ocorrem nas famílias camponesas entre o homem e a mulher. Dessa forma, por valorizar os produtos de subsistência, o PNAE fortaleceria o papel das mulheres nas propriedades.

6. Conclusões

A partir do estudo realizado, verificou-se que o PNAE é uma política pública que apoia a sustentabilidade em diferentes níveis e diferentes sentidos. A lei de 2009 resulta de uma trajetória recente, focada na descentralização das políticas públicas e cuja concepção localista permite caminhar para mais sustentabilidade, criando um canal curto de comercialização em venda direta para os agricultores familiares. Assim sendo, por apoiar com mais ênfase os agricultores familiares, ofertando a estes oportunidades, o PNAE evoluiu para gerar mais sustentabilidade. A abrangência do programa mostra, contudo, o limite da ambição da política frente ao desafio prático, pois, em 2013, somente

pouco mais de 1% das DAPs participaram do programa no município. Dessa forma, nota-se uma defasagem entre a proposta de uma política pública, que certamente defende mais sustentabilidade, e a ambição dos objetivos da mesma, cujo alcance depende na prática de uma mudança de paradigma da sociedade como um todo. De qualquer maneira, o estudo de caso do município de Marechal Cândido Rondon mostra que o programa favorece a produção orgânica/agroecológica, interagindo com 50% dos produtores certificados orgânicos do município.

No entanto, abordando o modo camponês de fazer a agricultura e as ligações do PNAE com o grau de autonomia dos produtores, entende-se que a questão da sustentabilidade vai muito além da questão da produção orgânica. Pela participação de uma agricultura de base camponesa, foi possível verificar que o programa representa um canal pelo qual os produtores podem aproveitar para vender o que sobra das suas produções de subsistência – as quais, pela lógica camponesa, tendem a responder por práticas agroecológicas.

O PNAE é, para os seus agricultores familiares fornecedores do município de Marechal Cândido Rondon, um canal importante, representando em média 13% das rendas. No entanto, contrapondo-se ao valor médio, para 66% dos participantes o PNAE representa menos que 10% da renda familiar. Nota-se uma grande disparidade dos valores entregues entre os participantes e três quartos deles não atingem nem a metade do valor máximo permitido anualmente.

Entre os participantes do PNAE municipal, esse estudo de caso revela uma grande heterogeneidade das rendas das famílias, indicando uma importante disparidade e desigualdade social. De maneira geral, as famílias são proprietárias da área trabalhada e a força de trabalho é basicamente familiar.

Quanto aos participantes do programa, identificou-se uma grande diversidade de fontes de renda. Observou-se a grande importância tanto da pluriatividade quanto da previdência social rural nas rendas. Poucas unidades possuem na atividade agrícola sua maior fonte de renda. Entre o público entrevistado, observou-se que famílias com reduzido número de familiares, onde predomina a pluriatividade, tendem a estar em precariedade. Com a garantia do pagamento, a ausência de atrasos e a diminuição de descontos, o PNAE municipal oferece aos agricultores familiares muita segurança, assim como a oportunidade para melhorar seus sistemas associativos e as vendas no mercado comum (não institucional).

O presente estudo de caso revela uma forte heterogeneidade de níveis de autonomia entre os participantes. Por um lado, a análise estatística não demonstrou correlação entre o índice de sustentabilidade elaborado e o nível de participação no programa. Os participantes do PNAE possuem um grau de sustentabilidade/campesinidade provavelmente melhor que muitos agricultores que

não participam do programa e que são integrados a cooperativas, mas isso deveria ser verificado por meio de outra pesquisa, envolvendo uma população de estudo mais ampla. De maneira geral, o gerenciamento é um fator limitante para sustentabilidade de todas as propriedades. Nota-se mais uma vez a grande lacuna no que diz respeito à capacitação/formação no meio rural para poder fazer o controle básico dos custos e planejar a produção de forma autônoma. Por outro lado, a análise indica que os níveis de autonomia das unidades de produção participantes dependem, em grande parte, da diferenciação demográfica e da diferenciação social (nível de capitalização). Nessa perspectiva, o estudo mostra a pertinência das considerações de Chayanov desenvolvidas no início do século XX no que diz respeito à busca atual, no início do século XXI, por mais sustentabilidade. Este estudo permite também interpretar a sustentabilidade de um ponto de vista diferente, onde as questões de demografia, de capitalização e de formação da população rural são até mais centrais que o domínio das tecnologias ecologicamente corretas de produção de alimentos.

Referências

Abramovay, R. Debates/Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 15, 137-157, 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>>.

Altieri, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. AS-PTA. Rio de Janeiro: Ed. Agropecuária, 2002.

Biase, L. A articulação entre o campesinato e agroecologia: espaços femininos e masculinos. *Cadernos de campo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp*, 13, 2010.

Boff, L. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Brandenburg, A.; Ferreira, A. D. D. (Orgs.). *Agricultores ecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2012.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. *Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: DOU de 25/07/2006.

- Brasil. *Lei n. 11.718, de 20 de junho de 2008*. Estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural. Brasília: DOU de 23/06/2008.
- Brasil. *Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: DOU de 17/06/2009a.
- Brasil. *Resolução n. 38, de 16 de julho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: DOU de 17/07/2009b.
- Brasil. *Resolução n. 25, de 04 de julho de 2012*. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE n. 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: DOU de 05/07/2012.
- Brasil. *Resolução n. 26, de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: DOU de 18/06/2013.
- Caldas, E. L.; Ávila, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Espaço Acadêmico*, 148, 2013.
- Carvalho da Silva, A. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estudos Avançados*, 9(23), 1995.
- Chayanov, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.
- Curtis, F. Eco-localism and sustainability. *Ecological Economics*, 46, 83-102, 2003.
- Darolt, M. R. *Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012.
- Deponti, C. *Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local*. Porto Alegre, Monografia (Especialização) - UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/mono_Cidonea_Machado.pdf>.
- Gliessman, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- Guzmán, E. S.; Molina, M. G de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2006.
- Kraychete, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: Kraychete, G.; Aguiar, K. (Org.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- Lamarche, H. (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. v. I e II. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1998.
- Luzzi, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - UFRRJ, 2007.
- Marques, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: *Anais do 13º Encontro Nacional de Geógrafos*, João Pessoa, 2002.
- Paulilo, M. I. S. *Produtor e agroindústria, consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- Plein, C. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. *Informe Gepec*, 14(2), 96-111. 2010.
- Ploeg, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- Ploeg, J D van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>.
- Porto, M. S. G.; Siqueira, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*, 6, 76-88, 1994.
- Sabourin, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Sachs, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. *Estudos Avançados*, 15(43), 2001.
- Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.
- Silvestro, M. L.; Abramovay, R.; Mello, M. A.; Dorigon, C.; Baldissera, I. T. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

Toledo, V. La Racionalidad Ecológica de la Producción Campesina. *Revista de CLADES*, Número Especial 5/6, 1992. Disponível em: <<http://www.clades.cl/revistas/5/rev5art3.htm>>.

Toledo, V. Campesinidade, agroindustrialidade, sustentabilidade: os fundamentos ecológicos e históricos do desenvolvimento rural. *Revista de Geografia Agrícola*, 28, 7-19, 1999. Disponível em: <<http://chapingo.net/articulo28/campesinidadeagroindui.pdf>>.

Varela, F. *Autonomie et connaissance*. Paris: Seuil, 1989.

Wanderley, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: Ferreira, A. D. D.; Brandenburg, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

Wanderley, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21, 42-61, 2003.

Woortmann, K. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 87, 11-73, 1990.